



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Contratação de serviço de impressão gráfica dos manuais para instrução de mesários nas Eleições de 2022.

#### Conforme as seguintes características:

Manual do Mesário (livreto)

Papel capa e miolo: AP 75g/m<sup>2</sup>

Total estimado de páginas (capa e miolo): até 36 (trinta e seis) páginas

Formato fechado: A4

Formato aberto: A3

Acabamento: com grampos

Padrão de cor: 4/4 (CMYK)

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

Produção de materiais de divulgação, capacitação e sinalização.

Contratação de serviço de impressão gráfica dos manuais para instrução de mesários das Eleições de 2022.

Atendimento ao disposto em resolução TSE 23.669/2021 - Dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as Eleições 2022.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

Os manuais serão utilizados no treinamento e suporte às atividades dos mesários convocados para as Eleições 2022, bem como no treinamento dos técnicos de suporte ao voto informatizado.

Manuais impressos para que se tenha mesários bem treinados e técnicos de suporte ao voto informatizado capacitados.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

A presente solução está alinhada ao Planejamento Estratégico do TRESC (Portaria P n. 83/2021).

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- **Missão:** Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.
- **OERS1** - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais
- **OERS3** - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral

#### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Juntados no PAE n. 22.616/2022.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Impressão do Manual do Mesário	45.000	45.000

### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Id.	Característica
1	Manual do Mesário (livreto) Papel capa e miolo: AP 75g/m <sup>2</sup> Total estimado de páginas (capa e miolo): até 36 (trinta e seis) páginas Formato fechado: A4 Formato aberto: A3 Acabamento: com grampos Padrão de cor: 4/4 (CMYK)

Composição do objeto a ser contratado:

Id.	Bem / Serviço
1	Impressão gráfica dos manuais para instrução de mesários das Eleições de 2022

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação

### 2.9. Parcelamento e Adjudicação

Não é cabível o parcelamento do objeto, considerando a proximidade das Eleições de 2022. A adjudicação será por item.

### 2.10. Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

#### 2.10.1. Critérios de Habilitação

Conforme o edital do certame, sendo que:

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e  
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate**

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### **2.11. Modalidade e Tipo de Licitação**

Sugere-se que a contratação se dê por Pregão, na sua modalidade eletrônica, do tipo menor preço.

### **2.12. Impacto Ambiental**

Não se aplica a esta contratação.

### **2.13. Conformidade Técnica**

Material de qualidade para propiciar facilidade de manuseio e consulta, conforme requisitos e padrões estabelecidos pelo TSE (características técnicas descritas no item 2.7).

Os manuais deverão ser entregues no Almoxarifado do TRE-SC.

### **2.14. Obrigações da Proponente**

Conforme edital do certame.

### **2.15. Obrigações da Contratante**

2.15.1. Disponibilizar a arte final do manual do mesário em arquivos finalizados no formato PDF (Adobe Acrobat), tanto para o miolo quanto para a capa.

2.15.2. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

2.15.3. Promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Eleitores e Biometria, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da contratação, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.15.4. Efetuar o recebimento conforme abaixo:

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### **2.16. Obrigações da Contratada**

2.16.1. Fornecer os produtos nos prazos e demais condições estipuladas na proposta e neste Projeto Básico / Termo de Referência;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.2. Cumprir os prazos estabelecidos no cronograma de execução;

2.16.3. Entregar os impressos acondicionados conforme estabelecido no subitem 1.2.6, do Anexos I deste Projeto Básico / Termo de Referência.

2.16.4. Entregar os impressos no Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

2.16.5.1. Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

2.16.5.2. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos, de que trata o subitem 2.16.5.1, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

2.16.5.3. Em caso de substituição de produto, conforme previsto no subitem 2.16.5.1, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.

2.16.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e

2.16.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **2.17. Custo estimado da contratação**

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## **3. Especificação Técnica Detalhada**

### **3.1. Requisitos Técnicos**

Conforme item 2.7

#### **3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência**

Não se aplica

#### **3.1.2. Códigos SIASG**

Item 1: 21504

#### **3.1.3. Vigência**

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto pelo setor responsável.

### **3.2. Modelos de Documentos**

A matriz (arte final) será elaborada pelo TSE. Será disponibilizada à contratada assim que fornecida pelo TSE.

Florianópolis, em 24 de junho de 2022.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Será responsável pela Gestão do contrato a Seção de Eleitores e Biometria. A contratada deverá manter contato com a Gestão para dirimir dúvidas relacionadas ao manual.

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

1.2.1. O prazo para a apresentação das provas de impressão dos manuais será de 3 (três) dias úteis após a entrega da arte final para o licitante vencedor. As provas constituir-se-ão de 1 (um) miolo e 1 (uma) capa;

1.2.2. O prazo para substituição das provas de impressão, em caso de verificação de irregularidade será de 3 (três) dias após notificação emitida pelo TRE-SC;

1.2.3. O prazo de entrega dos manuais será de 10 (dez) dias após a aprovação das provas de impressão pelo TRESC;

1.2.4. O prazo para refazimento dos serviços e entrega dos manuais, em caso de verificação de irregularidade, será de 5 (cinco) dias após notificação emitida pelo TRE-SC;

1.2.5. A contratada deverá entregar os impressos no Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta, obedecidos os prazos do cronograma de execução; e

1.2.6. Os impressos deverão ser embalados em caixas de papelão resistentes, cintadas, com capacidade máxima de 30 (trinta) quilogramas, acondicionados (cintados) em pacotes com 20 unidades.

#### 1.3. Instrumentos Formais

Será emitida Nota de Empenho em favor da empresa vencedora, onde estarão detalhados os produtos, seus valores e os respectivos prazos de entrega.

#### 1.4. Prazos de Garantia

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto armazenado dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionado o respectivo fabricante para a substituição do lote avariado.

#### 1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será feito pelo gestor/fiscal do contrato, qual seja, o servidor titular da Seção de Eleitores e Biometria. Caberá ao servidor titular da função de Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório dos materiais.

#### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento do objeto ocorrerá conforme definido abaixo:

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, *quando o valor total contratado ficar acima* do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$  (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$ .

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.9. Direitos Autorais

A propriedade intelectual do conteúdo do manual do mesário pertence ao TSE.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não mantiver a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, bem como em eventuais substituições de produto(s), sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.